

POVO LIVRE

06 PARLAMENTO

“SERIA INADMISSÍVEL” QUE O PS DESVIRTUASSE O ORÇAMENTO NA ESPECIALIDADE

Hugo Soares adverte que seria “inadmissível” se o PS, que viabilizou o Orçamento na generalidade, optasse por desvirtuar a proposta do Governo na especialidade, pois tal representaria um desrespeito pelos portugueses

07 LOCAIS

GOUVEIA REQUALIFICA ESCOLA SECUNDÁRIA

A Câmara Municipal de Gouveia vai requalificar a Escola Secundária da cidade do num investimento superior a 6,7 milhões de euros, financiado na totalidade pelo Banco Europeu de Investimento

12 REGIONAIS

GOVERNO FEZ MAIS PELA MOBILIDADE DAS REGIÕES INSULARES DO QUE O PS EM QUASE 9 ANOS

O PSD/Madeira criticou o “desprezo” do PS nacional pelos madeirenses, considerando que o Executivo de Luís Montenegro fez mais em seis meses do que os socialistas em nove anos em matéria de mobilidade, ao reduzir as tarifas aéreas

O FOCO DO GOVERNO É FAZER

Luís Montenegro durante o debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2025



DA VITÓRIA DE TRUMP (COM VALÊNCIA NO CORAÇÃO)

Esta vitória esmagadora constituirá, pois, um regresso triunfal de Donald Trump à Casa Branca, com o que isso significa de eventual mudança ao nível da política internacional, com especial atenção para com o que se passa na Europa e no Médio Oriente.

EMÍLIA SANTOS

Diretora do Povo Livre



Hoje, quarta-feira, 6 de novembro, nós e grande parte do mundo acordou com a notícia da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais estado-unidenses. Não sendo totalmente inesperada, é, diga-se, uma vitória surpreendente ao nível dos resultados, pois, a par do maior número de lugares para o Colégio Eleitoral e da conquista do Senado, é quase certa a liderança na Câmara dos Representantes. Até mesmo ao nível do voto popular, todos os dados disponíveis no momento em que escrevo estas linhas apontam para a vitória do candidato Republicano.

Esta vitória esmagadora constituirá, pois, um regresso triunfal de Donald Trump à Casa Branca, com o que isso significa de eventual mudança ao nível da política internacional, com especial atenção para com o que se passa na Europa e no Médio Oriente.

Como não poderia deixar de ser, as primeiras reações dos principais responsáveis europeus foram de felicitações e de manifestação da vontade em “trabalhar juntos numa agenda transatlântica forte que continue a dar resultados”, nas palavras de Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, uma vontade partilhada também por Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, e Charles Michel, presidente do Conselho Europeu. Não menos relevante foram as declarações de Mark Rutte, secretário-geral da NATO, que fez questão de lembrar, de forma elogiosa, o contributo de Donald Trump para o fortalecimento da Aliança durante o seu primeiro mandato.

Quanto ao Governo Português, as declarações do primeiro-ministro, Luís Montenegro, e de Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, foram de grande sentido de estado, reafirmando o empenho em prosseguir com a relação estreita que há muito existe entre Portugal e os Estados Unidos.

Esta manifestação generalizada de disponibilidade para um trabalho colaborativo e profícuo com a futura administração estado-unidense é fundamental para construir, desde já, pontos de diálogo e entendimento que permitam evoluir para um tempo de estabilidade e de diminuição das tensões que se vivem em várias

latitudes, algo verdadeiramente fundamental para se resolverem os muitos problemas económicos e sociais existentes. Oxalá assim seja.

Um olhar muito particular, agora, para Valência e a enormíssima tragédia que se abateu sobre aquela comunidade, a quem manifesto, desde já, o meu profundo pesar. As imagens que nos têm chegado desde 29 de outubro são aterradoras e mostram bem o quão impotentes podemos ser perante tamanha demonstração da força da natureza.

Todavia, este acontecimento impõe-nos a responsabilidade de abrir espaço para a reflexão e o debate sobre o planeamento e gestão territorial e o futuro das nossas cidades. É evidente que estes fenómenos climáticos extremos serão cada vez mais frequentes e mais próximos de nós, pelo que é incontornável que, em nome da tranquilidade, segurança e bem-estar das nossas populações, se abraçe esta responsabilidade.

Mas entre as imagens da tragédia que assistimos, há algo que quero sublinhar com especial enlevo: a extraordinária solidariedade e o admirável sentido cívico com que o povo valenciano reagiu à calamidade, de forma espontânea e imediata. Independentemente das suas condições económicas e sociais, das suas origens, vimos pessoas de calças e mangas arregaçadas, com pás, vassouras e baldes na mão, ajudando-se mutuamente na limpeza das ruas, das suas casas, das suas lojas. Testemunhámos, também, atos de empatia e de amparo emocional perante a perda de vidas, confirmando que ninguém vive sozinho, que é na convivência salutar e no respeito e consideração pelo outro que encontramos a nossa força para ultrapassarmos as adversidades.

Num tempo tão conturbado, tão complexo, marcado por crescimentos de movimentos extremistas e radicais e por uma polarização exacerbada, confesso que encontro na atitude e na coragem do povo valenciano a esperança de que é possível termos um mundo melhor para nós e para as gerações vindouras.

DEBATE NA GENERALIDADE DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

O FOCO DO GOVERNO É FAZER

Luís Montenegro garante que a proposta de Orçamento do Estado para 2025 vai até “ao limite do razoável” e, embora não corresponda à versão inicial apresentada pelo Executivo, “marca um novo ciclo [político] que resulta da vontade expressa pelos portugueses”.





“Este Orçamento cumpre todas as obrigações europeias em matéria de política financeira. Este é mesmo o primeiro Orçamento em muitos anos que não aumenta um único imposto”, declarou.

Na quarta-feira, 30 de outubro, no primeiro dia do debate na generalidade do Orçamento do Estado para o próximo ano, no Parlamento, o Primeiro-Ministro sublinhou que há uma preocupação séria com “a criação de bases sólidas para mais crescimento e mais riqueza”.

Constituindo um “Orçamento para recuperar, reformar e relançar Portugal com responsabilidade”, é, também, um Orçamento que “aumenta o rendimento disponível dos portugueses”: para os pensionistas, através do complemento solidário para idosos, que sobe para 630 euros em janeiro de 2025, e com a atualização de todas as pensões, em linha com a atribuição do su-

plemento extraordinário, entre 100 e 200 euros, às pensões até cerca de 1527 euros no mês de outubro; para os portugueses que auferem salários baixos, através do aumento do salário mínimo para 870 euros, obtido em sede de concertação social; para os jovens, através de um regime fiscal mais favorável, o IRS Jovem; pelo reforço da rede de creches gratuitas para as famílias com filhos; para todas as famílias, “por via da atualização dos escalões, do mínimo de existência e da dedução específica ao rendimento”.

A propósito da capacitação dos serviços prestados pelo Estado, o Primeiro-Ministro elogiou a aposta no “diálogo social” com variados setores profissionais, como professores, enfermeiros, polícias, oficiais de justiça e guardas prisionais. “De que serviriam contas certas se o Estado engordava e os serviços públicos definhavam? Para que serviriam as

contas certas? Esta é talvez a maior das diferenças. Para este Governo, há vida e objetivos para além do excedente orçamental. (...) Queremos devolver o orgulho e o reconhecimento do que é ser funcionário público”, referiu.

Reconhecendo que “não se consegue construir tudo em poucos meses”, há, no entanto, “muitas coisas” em que “os resultados já começam a aparecer”. “Ao contrário dos outros, o foco deste Governo não é durar; é fazer. É um Orçamento que acredita em Portugal e nos portugueses”, salientou.

Após mais de dez horas de debate, o Orçamento do Estado para 2025 foi aprovado na generalidade, na quinta-feira, 31 de outubro, na Assembleia da República, com os votos a favor do PSD e CDS/PP, a abstenção do PS e os votos contra dos restantes partidos com assento parlamentar.







“SERIA INADMISSÍVEL” QUE O PS DESVIRTUASSE O ORÇAMENTO NA ESPECIALIDADE

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD adverte que seria “inadmissível” se o PS, que viabilizou, através da abstenção, o Orçamento na generalidade, optasse por desvirtuar a proposta do Governo na especialidade, alegando que representaria um desrespeito pelos portugueses.

No encerramento do debate na generalidade da proposta de Orçamento do Estado para 2025, Hugo Soares fez um apelo ao “respeito da decisão soberana do povo português” nas últimas eleições.

Por outro lado, pediu respeito pela Assembleia da República, órgão de soberania que viabilizou o programa de Governo liderado por Luís Montenegro. “Quero com isto dizer que seria inadmissível que os mesmos que garantem viabilizar o Orçamento do Estado aproveitassem a fase de especialidade para o desvirtuar. A constatação é clara: Herdámos um país num caos funcional, mas não descansaremos sem transformar Portugal”, declarou.

Na fase inicial da sua intervenção, o líder da bancada social-democrata referiu que a viabilização do Orçamento representa estabilidade

e previsibilidade para as políticas públicas, dá confiança aos agentes económicos, induz investimento externo e, sobretudo, cumpre o desejo da esmagadora maioria do povo português”.

“Atendendo aos estudos mais recentes, cerca de 80% dos inquiridos classifica como positiva a governação. Ora, a aprovação do Orçamento do Estado evita a interrupção de um ciclo governativo em que os portugueses estão a confiar. Por isso, cumprimento o PS pela sua responsabilidade”, disse.

Em relação aos partidos que votaram contra a proposta de Orçamento na generalidade, Hugo Soares apontou que “o Chega diz que este é um documento socialista, mas são eles que votam semanalmente com o PS”.

“A Iniciativa Liberal, que sempre defendeu a redução de impostos, não se consegue rever num orçamento que baixa muitos impostos e que não sobe nenhum. Ninguém percebe”, comentou o Presidente da bancada social-democrata.

Além disso, deixou críticas ao PS por dizer que “aquilo que está a ser feito era fácil de fazer, embora os seus governos nunca o tenham feito”.

“Bem prega, Frei Tomás. Olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz”, acrescentou o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Hugo Soares estabeleceu, ainda, um contraste entre os Executivos do PS e o atual do PSD e CDS-PP. “Eles não fizeram, mas nós estamos a fazer. Eles são de palavras vãs, mas nós somos de ação”, expressou.

GOUVEIA REQUALIFICA ESCOLA SECUNDÁRIA

A Câmara Municipal de Gouveia vai requalificar a Escola Secundária daquela cidade do distrito da Guarda num investimento superior a 6,7 milhões de euros, financiado na totalidade pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

A abertura do concurso público para a requalificação, conservação e modernização da Escola Secundária de Gouveia foi publicado no “Diário da República”.

O preço-base do procedimento é de 6.762.940,84 euros, sem IVA (imposto sobre valor acrescentado), enquanto o prazo de execução da intervenção é de 540 dias. Já o prazo para apresentação das propostas termina no dia 3 de dezembro de 2024.

A empreitada abrange “a eficiência energética dos edifícios, a cobertura, a comodidade das instalações, as janelas, tudo aquilo que contenda com a qualidade e o bem-estar de quem estuda e trabalha naquele espaço”, adianta o Presidente da Câmara de

Gouveia, Luís Tadeu.

O autarca considera que são “obras necessárias e que é urgente fazer. Até aqui fomos fazendo pequenas intervenções, agora estamos a aproveitar esta oportunidade de haver financiamento para uma intervenção em profundidade, para que a escola fique com as condições de trabalho e de aprendizagem que todos merecem e há muito tempo procuravam”, sublinha.

“O que estamos a fazer é preparar a escola para que fique em condições para, no mínimo, os próximos 20, 30 anos porque dificilmente haverá outra oportunidade de financiamento como esta, neste período temporal, para uma obra desta envergadura”, acrescenta.

Luís Tadeu, que não poderá recandidatar-se ao cargo por ter atingido o limite de mandatos, espera “terminar o mandato” com o lançamento e início desta obra, que é “muito importante para o concelho, porque tem a ver com a qualidade de vida de alunos, professores e funcionários da escola, que passarão a ter, no futuro, após a conclusão das obras, instalações com a qualidade que merecem e que há muito era reclamada”.

Os trabalhos vão ser financiados “a cem por cento” pelo Banco Europeu de Investimento, “através de uma linha específica, que será suportada pelo Estado português”, refere o presidente da Câmara de Gouveia.

“Para nós até é melhor, uma vez que no PRR [Plano de Recuperação e Re-

siliência] estávamos com problemas relativamente à execução temporal da obra. Sendo através do BEI, obviamente que teremos outra liberdade de tempo para executar os trabalhos necessários com tempo e qualidade para que fiquem como devem ficar”, afirma ainda Luís Tadeu à agência Lusa.

O objetivo é iniciar a obra em 2025. “Até ao fim deste ano haverá resultado da candidatura e, se tudo estiver em condições, com o visto do Tribunal de Contas, gostaria que até abril, no limite, estivéssemos em condições de arrancar com a obra efetivamente no terreno”, conclui o autarca gouveense.



ALCOBAÇA INVESTE 1,3 MILHÕES DE EUROS NA RENOVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA

A rede de água e saneamento do concelho de Alcobaça, no distrito de Leiria, está a ser renovada, num investimento de 1,3 milhões de euros, informou a Câmara Municipal.



O investimento está a ser feito através dos Serviços Municipalizados de Alcobaça e contempla “o alargamento e renovação das infraestruturas de água e saneamento do concelho”, segundo o município.

Em comunicado, a autarquia informou que, nas últimas semanas, “foram assinados três autos de consignação” de obras que, no conjunto, ascendem a perto de 1,3 milhões de euros.

O maior investimento, no valor de 613 mil euros, contempla a substituição da conduta elevatória da zona

baixa de Alcobaça.

A intervenção, com a duração de 12 meses, prevê a substituição da atual conduta adutora entre a captação e a Estação de Tratamento de Águas (ETA) de Chiqueda, bem como o reservatório do Castelo. No troço que atravessa a localidade de Chiqueda será também reabilitada a via rodoviária, de acordo com um resumo da empreitada a que a agência Lusa teve acesso.

A construção da rede de esgotos nas localidades de Martingança e Pataias absorverá o segundo maior

investimento, no montante de 474 mil euros.

Esta verba contempla a colocação de coletores em ambos os lados da Estrada Nacional (EN) 242 e arruamentos adjacentes, com os respetivos ramais domiciliários.

Por último, a substituição da Rede de Abastecimento de Água na Rua Rei da Memória, na freguesia da Benedita, terá um investimento na ordem dos 200 mil euros.

A intervenção, com a duração de 12 meses, incidirá na EN8/6, na vila de

Benedita, entre a rotunda da entrada da vila (lado norte) e o Largo Padre José António da Silva.

“Estas empreitadas são há muito aguardadas e reivindicadas pelas populações locais”, explicou o Presidente da Câmara de Alcobaça, Hermínio Rodrigues, eleito pelo PSD.

O autarca lembrou que o executivo tem “introduzido melhorias graduais muito significativas nas redes de água e saneamento, procurando dar uma resposta cada vez mais eficaz”.

PORTALEGRE ABRE CENTRO DOCUMENTAL DE PATRIMÓNIO

O Centro Documental de Património de Portalegre acaba de ser inaugurado no antigo edifício dos Paços do Concelho, após obras de reabilitação que custaram mais de 1,1 milhões de euros, foi hoje revelado.

Em declarações à agência Lusa, a presidente da Câmara de Portalegre, Fermelinda Carvalho, explicou que a obra arrancou em outubro de 2021, mas “não decorreu com normalidade em termos de execução”, uma vez que deveria ter sido concluída num prazo pouco superior a um ano e só agora está terminada.

O projeto, indicou a autarca, envolveu um investimento superior a 1,1 milhões de euros, tendo contado com o apoio de fundos comunitá-

rios (85%).

“Este centro documental vai ter uma série de documentos muito antigos que queremos preservar, valorizar e disponibilizar à população”, disse.

De acordo com a Câmara de Portalegre, o novo equipamento é constituído por receção e atendimento, sala de leitura e consulta documental ou salas de receção e tratamento de documentos.

Sala de conferências (no espaço do

antigo salão nobre), salas de depósito de documentos, sala de servidores e de arquivo digital e áreas técnicas são outras das valências.

No edifício dos antigos Paços do Concelho, imóvel que remonta ao século XVII, vai passar funcionar também o posto de turismo, localizado até agora no atual edifício do município.

Fermelinda Carvalho acrescentou que o posto de turismo vai passar

para aquele edifício porque é naquela zona histórica da cidade que se encontram os museus e a Sé Catedral de Portalegre.

“Faz todo o sentido que o posto de turismo esteja naquela zona”, sublinhou.

A Presidente da Câmara de Portalegre disse esperar que o Centro Documental de Património possa ser um contributo para “dar vida” ao centro histórico da cidade.



AÇORES SÃO “REGIÃO DE OPORTUNIDADES”

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, incentivou a diáspora açoriana na Bermuda a considerar o arquipélago como uma “região de oportunidades” e que oferece condições favoráveis para investimentos.



“Vale a pena investir nos Açores”, disse hoje o líder do executivo açoriano de coligação PSD/CDS-PP/PPM durante uma recepção na Casa dos Açores da Bermuda, durante a visita oficial que realizou segunda e terça-feira.

Segundo uma nota de imprensa do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro declarou que a região “está numa fase de desenvolvimento que poderá gerar benefícios significativos para aqueles que escolhem investir nas suas ilhas”.

O chefe do executivo reconheceu ainda os avanços que os Açores têm alcançado, “fruto do trabalho de sucessivos governos e do contributo inestimável das suas comunidades, tanto no arquipélago como na diáspora”.

“Evoluímos muito nos Açores com o contributo de todos, estamos hoje muito melhor e estaremos amanhã ainda melhor”, afirmou.

A visita à Bermuda ocorre no ano em que se celebram os 175 anos da emigração oficial açoriana para a Bermuda, que foi iniciada em 1849. A Casa dos Açores da Bermuda, visitada no dia 4 de outubro pelo líder do Governo Regional açoriano, foi fundada em 10 de março de 2015 e, segundo a fonte, “tem desempenhado um papel fundamental na preservação e promoção da cultura e património açoriano no arquipélago atlântico”.

José Manuel Bolieiro aproveitou a oportunidade para destacar o papel

das Casas dos Açores espalhadas pelo mundo, que descreveu como “verdadeiras embaixadas dos Açores e da açorianidade”.

Estas instituições têm assumido uma missão de extrema importância ao “manterem viva a ligação das comunidades açorianas no estrangeiro com as suas raízes, tradição e valores culturais” e são “um elo essencial que reforça a relação entre a região e a sua vasta diáspora”.

Na sua intervenção, o governante realçou a importância de uma relação próxima e frutífera entre os Açores e a Bermuda, “dada a profunda ligação histórica e cultural que une ambos os povos: cerca de 20% da população residente na Bermuda é de origem portuguesa, sendo a gran-

de maioria (90%) de ascendência açoriana”.

“Os açorianos ajudaram a construir o sucesso da Bermuda,” assinalou Bolieiro, realçando o “contributo inestimável que esta comunidade deu ao desenvolvimento económico e social do território”.

Com a aproximação entre os Governos dos Açores e da Bermuda, o governante admitiu que é possível concretizar um futuro “mais sólido e benéfico para ambas as comunidades”.

O Presidente do Governo dos Açores endereçou ainda um convite oficial ao Primeiro-Ministro David Burt, para visitar os Açores “em nome do passado e por causa do futuro”.

PS FAZ “VERGONHOSO ATAQUE À IDONEIDADE” DO CONSELHO DE ILHA DO PICO

O PSD/Pico condenou o “vergonhoso ataque à idoneidade” do Conselho de Ilha do Pico feito pelo Partido Socialista, na sequência do parecer favorável daquele órgão às antepropostas de Plano e Orçamento da Região para 2025.

“O vergonhoso ataque à idoneidade do Conselho de Ilha do Pico não passa de uma vingança mesquinha do PS pelo parecer favorável que este órgão deu às propostas do Governo dos Açores. Acusar o Conselho de Ilha do Pico de fazer um ‘frete político’ constitui um claro sinal de desespero e falta de cultura democrática do PS, típico de quem não sabe lidar com a liberdade de opinião”, afirmaram os social-democratas.

Segundo o presidente da Comissão Política de Ilha do PSD do Pico do PSD/Açores, José António Soares,

“o Partido Socialista mais não faz senão tentar encobrir décadas de desinvestimento e abandono da nossa ilha, por parte da governação do PS”.

“Com este ataque grave e injustificado ao Conselho de Ilha do Pico, o PS não só desrespeita a honrabilidade dos conselheiros, como revela uma arrogância cega, típica de quem se julga dono e senhor da verdade”, salientou o social-democrata.

De acordo com a José António Soares, “a votação no Conselho de Ilha

expressou a vontade da maioria, de forma livre e transparente, não constituindo uma imposição, mas o reflexo de uma decisão coletiva e democrática que merece respeito”.

O líder da estrutura de ilha dos social-democratas lembrou que “o PS condenou o Pico ao abandono, deixando infraestruturas básicas e essenciais da ilha ao esquecimento e negligenciados durante mais de duas décadas”.

“Hoje, com o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM, finalmente vemos um Plano e Orçamento que respon-

de às verdadeiras necessidades do Pico, com investimentos estruturantes, como o novo Centro de Saúde das Lajes, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a requalificação das infraestruturas deixadas ao abandono pelo PS”, apontou.

Por essa razão, conclui que “o PS não se limita a desrespeitar o Conselho de Ilha, desrespeita todos os picoenses que acreditam no desenvolvimento e progresso da sua terra e no valor da democracia”.



GOVERNO FEZ MAIS PELA MOBILIDADE DAS REGIÕES INSULARES DO QUE O PS EM QUASE 9 ANOS



O PSD/Madeira criticou o “desprezo” do PS nacional pelos madeirenses, considerando que o Governo de Luís Montenegro fez mais em seis meses do que os socialistas em nove anos em matéria de mobilidade, ao reduzir as tarifas aéreas.

Numa intervenção política no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal, Bruno Melim, deputado social-democrata, declarou que o anúncio feito pelo Primeiro-Ministro, no 26.º Congresso do PSD/Açores, relacionado com a redução das tarifas aéreas, veio “tornar o país mais próximo”.

Em causa está uma diminuição de 10% nas ligações entre a Madeira e o território continental (tal como entre os Açores e o continente) e de 33% entre as duas regiões autónomas.

Presentemente os residentes na Madeira pagam, na generalidade, 86 euros nas ligações com Lisboa ou o Porto, ou 65 euros no caso dos estudantes deslocados, mas vão passar a pagar 77,4 e 57 euros, respetivamente.

“Durante nove anos não houve qualquer alteração porque o PS e António Costa [primeiro-ministro socialista] não tinham qualquer interesse”

em alterar o regime do subsídio de mobilidade, revelando “desprezo, centralismos e arrogância para com a Madeira e os madeirenses”, argumentou Bruno Melim.

Segundo o social-democrata, houve “falta de vontade política do PS, que não fez nada em nove anos” para alterar a situação, e “em seis meses produziu-se mais do que em nove anos”.

Ainda assim, acrescentou, “apesar deste esforço e sinal positivo” da República e da “evolução positiva do tarifário”, persistem preocupações e “o intuito de melhorar o regime poderia ter ido mais além” – a Madeira tem reivindicado que os residentes na Madeira não tenham de pagar o valor total das passagens no ato de compra e receber o reembolso apenas após comprovar a realização das viagens.

As passagens têm um teto de 400 euros, pelo que, além do valor da

tarifa (os atuais 86 euros, que vão baixar para 77,4), é necessário o residente suportar qualquer montante que ultrapasse essa meta dos 400 euros.

Bruno Melim salientou ainda ser necessário “que se desmaterialize todo o processo” do subsídio social de mobilidade, combatendo a fraude nesta matéria.

Em debate esteve também um projeto de proposta de lei à Assembleia da República que visa a majoração de todos os apoios e prestações sociais.

A deputada social-democrata Rubina Leal destacou que o Estado já assume a majoração de vários apoios como o Rendimento Social de Inserção, subsídios de paternidade, maternidade e adoção, e subsídio de insularidade para os funcionários da administração pública.

Povo Livre

Número 633 • 12 DE NOVEMBRO DE 1986 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

Governo assinala um ano de existência

MAIOR JUSTIÇA SOCIAL PARA OS MAIS DESFAVORECIDOS

O Governo, na linha das preocupações que o têm norteado de fazer tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de melhorar as condições de vida dos portugueses mais desfavorecidos, tomou no passado dia 6, dia em que se completou um ano sobre a sua tomada de posse, importantes deliberações no domínio da justiça social.

Foi aprovada legislação, a entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1987, que procede à integração no regime geral da segurança social, comum às demais actividades, dos 510 mil trabalhadores agrícolas que têm estado enquadrados pelo regime especial de segurança social.

O regime especial agrícola actualmente em vigor, embora estruturado em moldes técnicos e financeiros semelhantes aos do regime dos demais trabalhadores, tem-se revelado claramente limitativo, tanto no plano financeiro, como no domínio dos benefícios concedidos.

A debilidade da contribuição financeira do sector agrícola, a solidariedade social, a origem a défices crescentes, tem implicado crescente apoio financeiro, por parte do Estado, ao regime geral de segurança social, até agora beneficiários dos regimes agrícolas.

Estes benefícios, na definição da legislação, encontram-se no regime dos trabalhadores, os subsídios de desemprego, e das necessidades das pessoas.

Ora o Governo, em matéria de justiça social, quer ser altura de esta diferenciação de protecção social, o mais que muitos trabalhadores

agrícolas (cerca de 100 mil) já se encontram integrados no regime geral, em função das profissões desempenhadas e da natureza das respectivas empresas agrícolas.

Esta integração dos trabalhadores agrícolas no regime geral da segurança social, implica algumas adaptações, tendo em consideração as características das actividades agrícolas e o seu nível económico, na fase de transformação que atravessam.

Assim, em matéria de regime contributivo a legislação aprovada estabelece:

a) Uma taxa global de 29%, o que permite uma redução relativamente às entidades patronais e aos trabalhadores agrícolas que já se encontravam, no regime geral, sujeitos à taxa de 32,5%;

b) Um regime de transição de 7 anos para as explorações agrícolas cujos trabalhadores estavam abrangidos pelo regime especial, até atingirem aquele valor de 29%, que é o valor mais baixo que vigora para o regime geral;

c) A consideração do salário mínimo agrícola como base de incidência contributiva, embora com possibilidade de opção por valor superior, e ainda o pagamento de contribuições sobre os dias de trabalho efectivamente prestado;

d) A adequação do valor, em forma de taxa reduzida, das contribuições devidas pelos pequenos produtores agrícolas, que ficam abrangidos, nesta qualidade, pelo regime dos trabalhadores independentes, passando a beneficiar do disposto no Decreto-Lei n.º 307/86, que isenta de contribuição os empresários em nome individual, que exerçam, cumulativamente, outra actividade pela qual tenham garantida a protecção social.

Em matéria de benefícios, os trabalhadores agrícolas passam a usufruir do esquema completo do regime dos demais trabalhadores. Quanto aos actuais

pensionistas agrícolas do regime especial, prevê-se a sua manutenção num grupo próprio, que continua a regular-se pelas normas do Decreto-Lei n.º 81/85, sem prejuízo da valorização periódica das respectivas pensões.

No que diz respeito ao esquema de benefícios, se estes já eram qualitativamente quase idênticos, em elenco de prestações e em condições gerais de atribuição, aos dos demais trabalhadores, com a legislação agora aprovada pelo Governo são significativamente melhorados os seus quantitativos mínimos e reais.

De facto são valorizados, de forma expressiva, entre outros, o subsídio de doença, o subsídio de desemprego, as pensões de velhice e de invalidez, o subsídio por morte, as pensões de sobrevivência e o suplemento de pensão para grandes inválidos.

Por outro lado os trabalhadores agrícolas passam a ter direito já a partir de 1 de Dezembro ao suplemento por cônjuge a seu cargo (1650\$00) e ao subsídio por assistência a filhos doentes.

A legislação aprovada determina um aumento de despesas com benefícios que se estima em cerca de 6 milhões de contos, no primeiro ano da sua aplicação, isto é, em 1987.

Tal como acontece na generalidade dos países europeus, a protecção social dos trabalhadores agrícolas tenderá a manter um défice significativo, a ser compensado pela solidariedade dos outros sectores de actividade e pelas dotações do Orçamento do Estado.

Este esforço financeiro global, baseado na cooperação de todos os que participam no processo produtivo, representa também um empenhamento do Estado, dos parceiros sociais e da sociedade em geral na dinamização e na melhoria das condições do desenvolvimento económico e social

do País, em particular da Agricultura.

O Governo determinou, em Setembro passado, um aumento extraordinário do valor mínimo das pensões de invalidez e velhice. Foi afirmado então que tal aumento não punha em causa a actualização anual das pensões. Foi aprovada agora legislação que procede a essa actualização.

Assim, as pensões de invalidez e velhice são actualizadas à taxa de 13%, o que excede o nível de inflação de 9% previsto para 1987, permitindo-se desse modo, também aqui, a melhoria efectiva do poder de compra dos beneficiários reformados.

Para os valores das pensões mínimas foram aplicadas taxas de aumento supe-

riores à taxa geral, o que se insere na linha de favorecimento dos pensionistas de menor nível económico.

Assim, o valor mínimo da pensão de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social é fixado em 11 500\$00 (+15%) e o das pensões do regime especial

(Continua na página 2)



CAVACO SILVA:

Não existem razões para alterar a actual fórmula governativa

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros do passado dia 6, o Primeiro-Ministro garantiu que «nunca esteve em causa qualquer remodelação do Governo».

O Chefe do Executivo salientou também que está «plenamente satisfeito» com a equipa que escolheu. «Se não estivesse plena-

mente satisfeito com alguns ministros ou secretários de Estado já os teria substituído» — afirmou.

Interrogado sobre a hipótese do partido do Governo tentar uma solução maioritária, através de uma coligação com o PRD, Cavaco Silva afirmou que «não existem quaisquer razões para se alterar a actual fórmula governativa...»

«Embora todos os governos desejem ter a maioria Parlamentar, os executivos minoritários têm vantagens como a homogeneidade e não podem ser arrogantes ou prepotentes» — afirmou o Primeiro-Ministro, que acrescentou: «Os que acusam o Governo dessas atitudes estão a desprestigiar-se a si próprios».

EDIÇÃO N.º 633 do “Povo Livre” | de 12 de novembro de 1986

“Governo assinala um ano de existência: Maior justiça social para os mais desfavorecidos”.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, **dia 16 de novembro de 2024, (sábado), às 17H30**, no Auditório do Centro Social e Paroquial de Sousela, sito na Estrada Santa Maria de Sousela, 670 – Sousela - Lousada, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Orçamento do Estado para 2025 (este ponto contará com a intervenção do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida).
Nota: Se às 17H30 não houver quórum para o início da reunião, a mesma iniciará-se imediatamente às 18H00, com o número de militantes presentes.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Vila Real, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no **dia 7 de dezembro 2024 (sábado), entre as 14H00 horas e as 18H00**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais
- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Política Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- Eleição dos Delegados de Secção a Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.

LOCAIS DE VOTAÇÃO:

Alijó: Sede Concelhia - Lugar da Lama Boa, Edf. Meia Laranja, Bl.3, Loja 2 - Alijó

Boticas: Sede Concelhia - Av. de Sangunhedo, N° 33 - Boticas

Chaves: Sede Concelhia - Av. Tenente Valadim, Ed. Valadim - Chaves

Mesão Frio: Rua do Mercado Municipal, no 1 - Mesão Frio

Mondim de Basto: Auditório da Junta de Freguesia de S. Cristóvão - Mondim de Basto.

Montalegre: Sede Concelhia - Praça de Franca, Edf. Cabrilho, Loja 7A - Montalegre

Murça: Sede Concelhia - Praça 5 de Outubro, n°1, Sala 2 - Murça

Peso da Régua: Sede Concelhia - Rua Dr. Maximiano Lemos, Edf. dos Pombinhos, 1.º Andar - Peso da Régua

Ribeira de Pena: Rua 25 de Abril, 5 E - Ribeira de Pena

Sabrosa: Junta de Freguesia de Sabrosa, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, n° 1 - Sabrosa

Santa Marta de Penaguião: Sede Concelhia - Rua Velha, loja 3 - Santa Marta Penaguião

Valpaços: Sede Concelhia - Av. 25 de Abril - Valpaços

Vila Pouca de Aguiar: Sede Concelhia - Rua Prof. Mota Pinto, n.º 10 - V. P. Aguiar

Vila Real: Sede Concelhia - Rua da Boavista, n.º 11 - Vila Real

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21H30 as 24H00.

As urnas estarão abertas, nos locais acima indicados das 14H00 as 18H00.

As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem o substitua, nos mesmos prazos, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, nas respetivas sedes.

Todas as Secções deverão providenciar cinco urnas para a realização, em simultâneo, dos atos eleitorais.

SECÇÕES

ALENQUER

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os órgãos locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Alenquer do PSD, para eleição da Comissão Política de Secção, a realizar no **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), entre as 16H00 e as 18H00**, na sede da Secção, sito na Rua Gago Coutinho, 8 r/c esq. em Alenquer, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidaturas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira dia 4 de dezembro) na sede da secção, ao Vice-presidente da mesa ou a quem o represente.

BARCELOS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos estatutos do Partido Social Democrata (PPD/PSD), convocam-se os militantes da Secção de Barcelos, distrito de Braga, para reunir em Assembleia de Secção no próximo **dia 15 de novembro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H30** na sede de junta da freguesia de Cristelo, sito na Av. da Igreja 136, 4755-176 Cristelo, Barcelos, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política nacional;
2. Análise situação política local.

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Boticas, para reunir no próximo **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 14H00**, na sede, sita, na Av. De Sangunhedo, 33, Boticas, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição de Mesa da Assembleia de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Boticas.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 18h00.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD do Cartaxo, para reunir no **dia 6 de dezembro de 2024 (sexta-feira), pelas 19H00**, na Sede Concelhia do PSD local, sita na Rua Serpa Pinto no Cartaxo com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos órgãos de secção
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia, até às 24H do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 19H00 e as 23H00.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em Sessão Ordinária no próximo **dia 06 de dezembro de 2024 (sexta-feira), pelas 20H30**, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, n° 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações
2. Análise da situação política local e nacional.
Notas: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento, convoco a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Mafra do PSD, para uma Reunião Extraordinária a decorrer no próximo **dia 14 de dezembro de 2024 (sábado), com início pelas 15H00 às 20H00**, na sede Concelhia sita na Rua do Arvoredo, Bloco B – Ericeira com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição da Mesa da Assembleia Concelhia;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: Refiro que, de acordo com o Regulamento Eleitoral do PSD, só poderão votar e ser votados nestes actos eleitorais, os militantes que estiverem inscritos no partido há pelo menos 6 meses à data da eleição, e que tenham as quotas pagas até ao dia 4 de dezembro.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 20H00.

MESÃO FRIO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes do concelho de Mesão frio, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Concelhios, a realizar no **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), entre as 14H00 e as 18H00**, na Rua Do Mercado Municipal, n.º 1 – Mesão Frio, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas no Local acima indicado das 14H00 às 18H00.

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatuto e dos Regulamentos do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir no próximo **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 14H00** na sua sede, sita na Av. 25 de Abril em Valpaços com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção, até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 18H00.

VILA NOVA DE CERVEIRA

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamentos em Vigor do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes da secção de Vila Nova De Cerveira para a Assembleia de Secção a realizar no próximo **dia 23 de novembro de 2024 (sábado), pelas 21H00**, no Auditório da Biblioteca Municipal sita na Praça da Liberdade, n.º 1 em Vila Nova De Cerveira, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Proposta e votação do elemento proposto para candidato à Presidência da Camara Municipal de Vila Nova de Cerveira, nas eleições autárquicas de 2025;
3. Análise da Situação Política Nacional e Concelhia;
4. Outros assuntos.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Vila Pouca de Aguiar dotados de capacidade eleitoral, para a eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Vila Pouca de Aguiar, a realizar no **dia 7 de dezembro 2024 (sábado), entre as 14H00 horas e as 18H00 horas**, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia de Secção.

LOCAL DE VOTAÇÃO:

Vila Pouca de Aguiar: Sede Concelhia - Rua Prof. Mota Pinto, n.º 10 - V. P. Aguiar

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Sessão, ou a quem o possa substituir, na Sede Concelhia até as 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21H30 as 24H00.

As urnas estarão abertas, no local acima indicado das 18H00 as 22H00.

Na Secção, estará também a decorrer, igualmente por escrutínio secreto a eleição para os Órgãos Distritais, a Órgãos Distritais, a Sessão vai providenciar urnas para a realização, em simultâneo, dos atos eleitorais.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO

SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Nos termos do disposto no artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo **dia 7 de dezembro de 2024, sábado, às 16h00**, no Distrito de Santarém, em local a designar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento Eleitoral da JSD, nos termos da alínea q) do artigo 27.º dos ENJSD;
2. Eleição dos Representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD, nos termos da alínea h) do artigo 27.º dos ENJSD;
3. Eleger o substituto de titular de órgão nacional por vacatura, nos termos da alínea n) do artigo 27.º dos ENJSD;
4. Análise da Situação Política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 27.º e do artigo 30º dos ENJSD.

CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO JSD GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco um Conselho Distrital Extraordinário do mandato 2024/2025 para reunir no próximo **dia 06 de dezembro de 2024, pelas 18h:00m**, na sede PSD Concelhia de Celorico da Beira, sita na Rua António Fernandes Costa Almeida, N.º19 – Celorico da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição dos representantes da JSD para a Assembleia Distrital do PSD;
2. Outros assuntos.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede do PSD Distrital da Guarda sita na Rua Marquês de Pombal na Guarda ou por correio eletrónico jsddistritalgarda@gmail.com.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18h30m e às 20h30m no local de realização do Conselho Distrital Extraordinário.

III CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA - ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o III Conselho Distrital do mandato 2023/2025 para reunir no próximo **dia 30 de novembro de 2024 (sábado), pelas 15h**, na sede da JSD de Alenquer, sita em Rua Gago Coutinho, 36 R/c Esq. 2580 – 568 Alenquer, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política atual;
2. Outros assuntos.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Amadora para reunir, no **dia 21 de novembro de 2024 (quinta-feira), pelas 20h00**, na sede da JSD Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro de 1979 16A, 2700-336 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço do Mandato da Comissão Política;
2. Análise da Situação Política Local e Nacional;
3. Informações e outros assuntos.

NÚCLEO LITORAL - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da Litoral, do Porto, para reunir em plenário, a realizar no próximo **dia 29 de novembro de 2024, pelas 21h30**, no salão nobre da Junta de freguesia da Foz do Douro, sita na Rua de Côrte Real, N.º 25, 4150-070 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão sobre a situação política atual;
2. Outros assuntos.